IV SEMANA DA DEMOGRAFIA

DEMOGRAFIA DOS INVISIBILIZADOS: FORTALECENDO PRESENÇAS QUE ESCAPAM

UNICAMP – 06 a 10 de abril de 2026

RESISTÊNCIA E IDENTIDADE: A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS E O PAPEL DA MULHER QUILOMBOLA EM MUTUCA DE CIMA

Ângela Maria Martins Sousa[1]

Bruna Gabriela Santos Souza[2]

RESUMO

O presente estudo constitui um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *O protagonismo das mulheres quilombolas na luta por direitos: o território da comunidade Mutuca de Cima*, defendido em 2025 na Universidade Federal de Viçosa (UFV). O objetivo é problematizar a formação dos quilombos no Brasil como territórios historicamente constituídos a partir da resistência ao sistema escravista e às estruturas coloniais de poder, destacando o protagonismo das mulheres quilombolas na preservação da identidade, da memória coletiva e do território, bem como nas estratégias de enfrentamento ao racismo, ao sexismo e à invisibilização social. O estudo fundamenta-se na compreensão dos quilombos não apenas como espaços históricos de fuga, mas como territórios vivos, marcados por processos contínuos de resistência, ressignificação cultural e luta por direitos. Apesar dos avanços nas pesquisas sobre comunidades quilombolas, persiste uma lacuna no reconhecimento das mulheres enquanto sujeitas centrais na construção, manutenção e defesa desses territórios, especialmente quando analisadas a partir de uma perspectiva interseccional que articula raça, gênero, classe e território. Historicamente invisibilizadas pelas narrativas oficiais, as mulheres quilombolas sempre desempenharam papel fundamental na organização social, na transmissão de saberes ancestrais, na produção de alimentos, na religiosidade, na preservação cultural e na luta política. Seus conhecimentos, práticas e formas de resistência sustentam a continuidade dos quilombos, mesmo diante da violência colonial, das desigualdades estruturais e das persistentes tentativas de apagamento histórico. A análise dialoga com a literatura crítica sobre quilombos, identidade e resistência, evidenciando que o protagonismo feminino quilombola transcende o espaço doméstico, manifestando-se na liderança comunitária, nos movimentos sociais, na defesa do território e na reivindicação por políticas públicas. No caso específico da comunidade quilombola de Mutuca de Cima, observa-se que as mulheres exercem papel central na organização social, na produção agroecológica, na preservação das manifestações culturais e na luta por uma educação que valorize a identidade quilombola. Conclui-se que reconhecer as mulheres quilombolas como protagonistas da resistência e guardiãs da cultura afro-brasileira é fundamental para o enfrentamento das estruturas coloniais, racistas e patriarcais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, plural e comprometida com a justiça social.

Palavras-chave: Mulheres quilombolas; Protagonismo feminino; Resistência; Interseccionalidade; Mutuca de Cima.

[1] Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. E-mail: martins.angela@ufvjm.edu.br

[2] Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. E-mail: bruna.gabriela@ufvjm.edu.br

IV SEMANA DA DEMOGRAFIA

DEMOGRAFIA DOS INVISIBILIZADOS: FORTALECENDO PRESENÇAS QUE ESCAPAM

UNICAMP – 06 a 10 de abril de 2026

INTRODUÇÃO

O presente estudo é um recorte do trabalho de conclusão de cuso intitulado *O protagonismo das mulheres quilombolas na luta por direitos: o território da comunidade mutuca de cima*, defendido em 2025, na Universidade do Federal de Viçosa/UFV. O objetivo desse estudo é problematizar a formação dos quilombos no Brasil como territórios historicamente construídos a partir da resistência ao sistema escravista e às estruturas coloniais de poder, evidenciando o protagonismo das mulheres quilombolas na preservação da identidade, da memória coletiva e do território, bem como nas estratégias de enfrentamento ao racismo, ao sexismo e à invisibilização social.

A relevância deste estudo fundamenta-se na necessidade de aprofundar a compreensão sobre os quilombos brasileiros não apenas como espaços históricos de fuga e resistência ao sistema escravista, mas como territórios vivos, marcados por processos contínuos de luta, ressignificação cultural e enfrentamento às desigualdades estruturais. Apesar dos avanços nas pesquisas sobre quilombos, ainda persiste uma lacuna no reconhecimento do protagonismo das mulheres quilombolas enquanto sujeitas centrais na construção, manutenção e defesa desses territórios, especialmente quando analisadas a partir de uma perspectiva interseccional que articule raça, gênero, classe e território.

Historicamente invisibilizadas pelas narrativas oficiais, as mulheres quilombolas desempenharam, e continuam desempenhando, papel fundamental na preservação da memória coletiva, na transmissão de saberes ancestrais, na organização social, na produção de alimentos, na religiosidade e na luta política por direitos. No entanto, suas contribuições frequentemente permanecem marginalizadas nos estudos acadêmicos e nas políticas públicas, reforçando processos de silenciamento e apagamento histórico.

Fonte: Arquivo pessoal.

Nesse sentido, este trabalho justifica-se por problematizar essas ausências, contribuindo para a valorização das experiências, narrativas e práticas das mulheres quilombolas, especialmente no território da comunidade de Mutuca de Cima. Ao dialogar com a literatura crítica sobre quilombos, identidade e resistência, o estudo busca tensionar as estruturas coloniais e patriarcais que ainda atravessam a vida dessas mulheres, evidenciando como o racismo estrutural e o sexismo impactam suas trajetórias e suas lutas por reconhecimento e dignidade.

MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentado em uma perspectiva crítica e interseccional. Parte-se da compreensão de que as experiências das mulheres quilombolas não podem ser analisadas de forma fragmentada, sendo necessário articular as categorias de raça, gênero, classe e território, considerando os processos históricos de colonialidade, racismo estrutural e patriarcado que atravessam suas trajetórias e formas de organização social.

O estudo constitui um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *O protagonismo das mulheres quilombolas na luta por direitos: o território da comunidade Mutuca de Cima*, defendido em 2025 na Universidade Federal de Viçosa (UFV), tendo como

lócus empírico a comunidade quilombola de Mutuca de Cima, situada no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. A escolha do território justifica-se tanto por sua relevância histórica e sociocultural quanto pelo vínculo da pesquisadora com a comunidade, o que possibilitou uma aproximação ética, comprometida e situada com os sujeitos da pesquisa.

Como procedimentos metodológicos, foram utilizados levantamento bibliográfico e análise documental, com base em produções acadêmicas, legislações, documentos institucionais e obras de referência sobre quilombos, identidade, território, resistência e protagonismo das mulheres quilombolas. O diálogo com autores e autoras do pensamento crítico negro, dos estudos decoloniais e do feminismo negro permitiu construir uma leitura analítica que tensiona as narrativas hegemônicas sobre os quilombos e evidencia o papel central das mulheres na manutenção e defesa desses territórios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os quilombos surgiram no Brasil como espaços de resistência formados por africanos escravizados que fugiam das fazendas e cidades coloniais em busca de liberdade (Nascimento, 2002). Esses territórios representavam uma resposta direta à violência da escravidão, criando comunidades autônomas baseadas em princípios de coletividade e preservação cultural. Eles foram alvo de perseguição por serem considerados individuos atrasados e sem civilização (Carril, 2003). Com base nessa concepção promoveu-se “uma divisão territorial dos espaços urbanos e rurais que foi definido uma territorialidade, em que os grupos de cor foram se estabelecendo em lugares segregados, como as comunidades negras rurais” (Santos, 2009, p. 454). O mais famoso deles, Palmares, destacou-se por sua organização e por ter resistido por quase um século às investidas coloniais.

Fonte: Quilombo Palmares (G1, 2021).

Santos e Martins (2022) abordam que a formação dos quilombos ocorreram principalmente entre os séculos XVI e XIX, espalhando-se por diversas regiões do país. Além de servirem como refúgio, eram centros de resistência cultural, onde práticas religiosas, idiomas e costumes africanos eram preservados e ressignificados. Nessas comunidades, a solidariedade e a organização social possibilitavam a construção de modos de vida alternativos ao sistema escravista.

As comunidades remanescentes quilombolas desenvolveram estratégias de sobrevivência que envolviam desde a caça e a pesca até a produção agrícola. Segundo Price (2000) a economia dos quilombos baseava-se na autossuficiência, com plantios diversificados e comércio com comunidades vizinhas. Isso permitiu que muitos desses territórios permanecessem habitados mesmo após a abolição formal da escravidão em 1888.

Salomão e Castro (2018) abordam que apesar da resistência dos quilombos, muitos foram alvos constantes de expedições militares que buscavam destruir essas comunidades e recapturar os fugitivos. O massacre de Palmares, em 1695, é um exemplo emblemático da violência empregada contra os quilombolas, mas também da força dessas comunidades na luta pela liberdade.

Os quilombos não eram apenas refúgios físicos, mas também espaços de manutenção da identidade africana no Brasil. A oralidade, a música, as religiões de matriz africana e a culinária foram elementos fundamentais na construção de uma cultura quilombola própria, que ainda se manifesta na contemporaneidade.

Fonte: Prefeitura Municipal de Guaçui – Quilombo Córrego do Sossego – ES.

A identidade quilombola está profundamente enraizada na ancestralidade africana, refletindo a luta por reconhecimento e direitos (Fernandes; Galindo; Valencia, 2020). A Constituição Federal de 1988 garantiu o direito à terra para os remanescentes de quilombos, marcando um avanço significativo na preservação dessas comunidades e de sua história.

A mulher quilombola sempre desempenhou papel central na organização social e cultural dos quilombos. Conforme Nascimento (2002) desde a resistência à escravidão até os dias atuais, sua atuação foi fundamental na transmissão de saberes, na preservação da cultura e na luta por direitos. Sua presença fortaleceu a estrutura comunitária, garantindo a continuidade das tradições quilombolas.

O protagonismo da mulher quilombola está presente na produção de alimentos, na medicina tradicional e na organização e gestão das comunidades. Muitas delas assumiram a liderança em momentos de conflito, desafiando tanto a escravidão quanto o machismo estrutural (Santos; Martins, 2022). Seu papel transcende a esfera doméstica, sendo essencial para a manutenção da identidade quilombola.

A ancestralidade feminina nas comunidades quilombolas é marcada pelo conhecimento passado de geração em geração (Nascimento, 2002). O domínio sobre ervas medicinais, os cantos e rituais religiosos, além do cuidado com as crianças, são elementos que fortalecem os laços comunitários e garantem a perpetuação da cultura quilombola.

Fonte: Arquivo pessoal.

Mesmo após a abolição, as mulheres quilombolas continuaram enfrentando desafios, como a falta de acesso a direitos básicos, o racismo e a invisibilidade social. No entanto, sua resistência segue viva na luta por políticas públicas que garantam moradia, saúde, educação e dignidade às comunidades quilombolas.

A identidade quilombola feminina não se limita ao espaço doméstico; ela está presente nos movimentos sociais, nas associações comunitárias e na política (Silva, 2020). Muitas mulheres assumiram papéis de liderança na luta pela regularização fundiária e no enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero.

Santos e Martins (2022) nos trazem que as tradições mantidas pelas mulheres quilombolas fortalecem o sentimento de pertencimento e resistência. As festas, as danças, os rituais religiosos e a culinária são manifestações vivas dessa identidade, conectando as novas gerações às suas raízes africanas.

Fonte: Arquivo pessoal.

Para Dealdina (2020) a transmissão cultural desempenhada pelas mulheres é essencial para a continuidade dos quilombos. O ensino da língua, das músicas e das técnicas agrícolas tradicionais são formas de garantir que a história e os valores das comunidades sejam preservados ao longo do tempo.

Segundo Gonzalez (2008) a relação das mulheres quilombolas com a terra vai além da produção agrícola; ela representa um vínculo espiritual e de resistência. A luta pelo direito à terra é também uma luta pela continuidade de sua cultura e de sua identidade coletiva.

O trabalho artesanal desenvolvido pelas mulheres quilombolas é uma expressão de sua identidade e autonomia (Silva, 2020). A produção de cestarias, tecidos e cerâmicas carrega simbolismos ancestrais e se torna uma fonte de sustento para muitas famílias dentro das comunidades.

Santos e Martins (2022) relatam que a religiosidade é um dos pilares da identidade quilombola feminina. A presença das mulheres nos cultos afro-brasileiros, como o candomblé e a umbanda, reforça o elo entre o passado e o presente, garantindo a preservação das crenças e tradições herdadas dos ancestrais africanos.

Gonzalez (2008) aponta que a culinária quilombola, muitas vezes transmitida de mãe para filha, é um patrimônio cultural que resiste ao tempo. Pratos típicos, como o feijão tropeiro,

o caruru e a moqueca, tornam-se explicita no presente a memória dos antepassados e fortalecem os laços comunitários dentro dos quilombos.

A oralidade desempenha um papel essencial na preservação da identidade das mulheres quilombolas. Histórias, provérbios e cantigas são transmitidos de geração em geração, funcionando como uma forma de resistência e afirmação cultural.

Na concepção de histórias transmitidas de geração em geração, a educação tem sido um campo de luta para as mulheres quilombolas. O acesso à escolarização de qualidade ainda é um desafio, mas muitas têm se organizado para garantir que suas crianças tenham oportunidades educacionais sem perder o vínculo com sua cultura e identidade.

Santos e Martins (2022) observam que a luta das mulheres quilombolas pela inclusão social e pelo reconhecimento de seus direitos tem sido cada vez mais fortalecida pelos movimentos negros e feministas. Essas alianças ampliam as vozes dos quilombolas e impulsionam mudanças significativas em diversas esferas sociais.

Dealdina (2020) aponta que a participação política das mulheres quilombolas tem se intensificado ao longo dos anos. Elas estão ocupando espaços de decisão, reivindicando políticas públicas e defendendo suas comunidades diante das ameaças de expropriação territorial e violação de direitos.

Como observado em Santos e Martins (2022) a relação das mulheres quilombolas com o meio ambiente também é um fator relevante. A agroecologia, o extrativismo sustentável e a preservação dos recursos naturais são práticas que garantem a subsistência e o equilíbrio ecológico nas comunidades.

Fonte: Arquivo pessoal.

O reconhecimento das mulheres quilombolas como guardiãs da cultura afro-brasileira é fundamental para a valorização da diversidade cultural do país. Suas práticas, conhecimentos e tradições enriquecem o patrimônio cultural brasileiro e reafirmam a importância da resistência quilombola.

Assim, a identidade da mulher quilombola é marcada pela resiliência e pelo compromisso com a coletividade. Mesmo diante dos desafios históricos e contemporâneos, elas seguem firmes na luta por reconhecimento, respeito e igualdade, garantindo a continuidade de sua cultura e fortalecendo as futuras gerações.

O fortalecimento das mulheres quilombolas passa pelo reconhecimento de suas contribuições na história do Brasil. A visibilidade dessas mulheres e de suas lutas é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde sua identidade e sua cultura sejam respeitadas e preservadas.

Assim como as mulheres quilombolas de outros territórios brasileiros, não é diferente com as mulheres do território de Mutuca de Cima, onde observa-se a mesma força e resistência na manutenção das tradições e na luta por direitos. As mulheres dessa comunidade exercem

papel fundamental na organização social e econômica, garantindo a transmissão do conhecimento ancestral e fortalecendo os laços comunitários.

A atuação das mulheres de Mutuca de Cima está presente em diversas áreas, desde a produção agrícola até a organização de eventos culturais que resgatam e reafirmam a identidade quilombola. Elas são as principais guardiãs das práticas agroecológicas sustentáveis, utilizando técnicas tradicionais que garantem a segurança alimentar da comunidade e promovem a preservação ambiental.

A educação também é uma bandeira importante para as mulheres quilombolas de Mutuca de Cima. Muitas delas têm se empenhado na busca por uma educação que respeite e valorize a história e a cultura quilombola, combatendo o apagamento histórico e a marginalização dessas comunidades no contexto educacional mais amplo.

Fonte: Arquivo pessoal.

No campo da política, as mulheres de Mutuca de Cima vêm se organizando para garantir que suas vozes sejam ouvidas e que suas demandas sejam atendidas. A participação ativa em movimentos sociais e na luta por políticas públicas inclusivas tem sido um dos

principais instrumentos para a conquista de direitos e o fortalecimento da identidade quilombola.

A resistência das mulheres quilombolas de Mutuca de Cima também se reflete na preservação das manifestações culturais. A música, a dança, a oralidade e a culinária são elementos fundamentais que são transmitidos de geração em geração, garantindo que a identidade da comunidade permaneça viva e pulsante.

Diante de desafios como o racismo estrutural, a desigualdade de gênero e a dificuldade de acesso a serviços básicos, as mulheres quilombolas de Mutuca de Cima seguem firmes em sua jornada de luta e empoderamento. Elas reafirmam diariamente seu papel como protagonistas da história e da cultura quilombola, assegurando que sua existência e resistência sejam reconhecidas e respeitadas.

Fonte: Arquivo pessoal.

A interseccionalidade é um aspecto essencial na compreensão das dificuldades enfrentadas pelas mulheres quilombolas. Em Mutuca de Cima, assim como em outras comunidades, elas lidam com a sobreposição do racismo, do sexismo e da exclusão econômica. Isso exige estratégias de luta que combinem diferentes frentes de atuação, desde a mobilização local até a participação em espaços de decisão política.

Dessa forma, a resistência das mulheres quilombolas de Mutuca de Cima se insere em um contexto histórico mais amplo, no qual a luta por direitos se entrelaça à manutenção de suas tradições e identidade cultural. Seu protagonismo reafirma a importância das mulheres na construção de comunidades mais justas, fortalecendo a memória e o legado da resistência quilombola.

A trajetória das mulheres quilombolas, tanto em uma perspectiva ampla quanto no contexto específico de Mutuca de Cima, é um testemunho vivo da força, da resiliência e do compromisso com a preservação da identidade e dos direitos de suas comunidades. Seu protagonismo é essencial para a continuidade da cultura quilombola e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse contexto, as obras de Dealinda (2020) e Nascimento (2017) contribuem para um entendimento mais aprofundado sobre a identidade e a resistência das mulheres quilombolas. A literatura destaca como a marginalização histórica dessas mulheres impacta suas trajetórias, mas também ressalta sua força e luta por direitos e reconhecimento.

A narrativa da luta quilombola feminina é marcada por desafios estruturais e a busca incessante por justiça e equidade. As histórias de resistência passadas de geração em geração fortalecem a identidade dessas mulheres, que continuam a desafiar os limites impostos pelo racismo e pelo machismo. As vozes das mulheres quilombolas são fundamentais para a construção de um futuro mais inclusivo e respeitoso com sua história e cultura.

Ainda, dentro desse contexto, as obras de Dealinda (2020) e Nascimento (2017) contribuem para um entendimento mais aprofundado sobre a identidade e a resistência das mulheres quilombolas. A literatura destaca como a marginalização histórica dessas mulheres impacta suas trajetórias, mas também ressalta sua força e luta por direitos e reconhecimento.

As pesquisas de Silva (2022) no Quilombo de Conceição das Crioulas reforçam que as mulheres são as principais guardiãs do território, liderando processos políticos e sociais que garantem a sustentabilidade de suas comunidades. A luta pelo direito à terra está diretamente

relacionada à sobrevivência e dignidade dessas populações, sendo atravessada pelo racismo estrutural e pelo machismo.

Além disso, a participação das mulheres quilombolas em redes nacionais, como a CONAQ, fortalece sua presença em espaços institucionais, ampliando a visibilidade de suas demandas e garantindo que suas vozes sejam ouvidas em debates políticos. A luta dessas mulheres não é apenas pela regularização fundiária, mas também por educação, saúde e políticas de inclusão social que respeitem sua identidade cultural e ancestralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o presente estudo evidenciou que a formação dos quilombos no Brasil deve ser compreendida para além de uma leitura histórica restrita à fuga da escravidão, reconhecendo-os como territórios vivos, constituídos por processos contínuos de resistência, organização social e afirmação identitária. Nesse contexto, destacou-se o papel central das mulheres quilombolas na manutenção da memória coletiva, na transmissão de saberes ancestrais e na defesa do território, configurando-se como sujeitas políticas fundamentais na luta por direitos e reconhecimento.

A análise permitiu compreender que o protagonismo feminino quilombola é atravessado por múltiplas dimensões, raça, gênero, classe e território, que, de forma interseccional, estruturam tanto as desigualdades enfrentadas quanto as estratégias de resistência construídas por essas mulheres. Historicamente invisibilizadas pelas narrativas oficiais e por parte da produção acadêmica, as mulheres quilombolas sempre estiveram na linha de frente da organização comunitária, da produção da vida material, da preservação cultural e da mobilização política, desafiando simultaneamente o racismo estrutural e o patriarcado.

No caso específico da comunidade quilombola de Mutuca de Cima, observou-se que o protagonismo das mulheres se manifesta de maneira concreta na organização social, na produção agrícola de base agroecológica, na preservação das manifestações culturais e na luta por uma educação que respeite e valorize a identidade quilombola. A atuação dessas mulheres

reafirma o território como espaço de pertencimento, ancestralidade e resistência, no qual a luta por direitos está intrinsecamente ligada à continuidade cultural e à defesa da vida comunitária.

Assim, reconhecer as mulheres quilombolas como guardiãs da cultura afro-brasileira e protagonistas da resistência quilombola constitui um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e plural. A valorização de suas trajetórias, saberes e práticas contribui para o enfrentamento do apagamento histórico e para o fortalecimento das lutas por reconhecimento, dignidade e justiça social. Desse modo, o estudo reafirma a centralidade das mulheres quilombolas na construção e na permanência dos quilombos, bem como na produção de alternativas de existência que confrontam as estruturas coloniais, racistas e patriarcais ainda vigentes na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

CARRIL, Lourdes de Fátima B. **Quilombo, favela e periferia:** a longa busca da cidadania. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2003.

DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas:** territórios de existências negras femininas. São Paulo, SP: Jandaíra, 2020.

FERNANDES, Saulo Luders; GALINDO, Adolores Cristina Gomes; VALENCIA, Liliana Parra. Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no Agreste de Alagoas. **Psicologia em Estudo,** Maringá, PR, v. 25, n. art. e45031, 2020. DOI: https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. In: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Guerreiras de natureza:** mulher negra, religiosidade e ambiente. São Paulo, SP: Selo Negro, 2008. p. 29-47.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo:** documentos de uma Militância Pan-Africanista. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.

NASCIMENTO, Márcia Jucilene. **Por uma pedagogia crioula:** memória, identidade e resistência no quilombo de Conceição das Crioulas-PE. 2017. 198f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

NASCIMENTO, Priscila Márcia Chrispim Bahia. **(Re) Existências negras, femininas e quilombolas:** três mulheres em luta por reconhecimento e direitos. 2022. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

PRICE, Richard. Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações. **Afro-Ásia,** Salvador, BA, n. 23, p. 1-26, 2000.

SALOMÃO, Fausy Vieira; CASTRO, Cristina Veloso. A identidade quilombola: territorialidade étnica e proteção jurídica. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – UFRGS,** Porto Alegre, RS, v. 13, n. 1, p. 236-255, 2018. DOI: https://doi.org/10.22456/2317-8558.73034

SANTOS, Antonio Pedro Casqueiro; MARTINS, Victor de Oliveira. Mulheres quilombolas e Givânia Maria da Silva: territórios, ancestralidades e narrativas. **Revista de História da UFBA,** Salvador, BA, v. 10, n. 2, 2022. (Edição especial: Anais da Jornada de História da UFBA (2021)).

SANTOS, Jucélia Bispo. A história da Comunidade Quilombola de Olaria, em Irará – Bahia e a luta pela terra na contemporaneidade. **Revista IDeAS,** Rio de Janeiro, RJ, v. 3, n. especial, p. 510-543, 2009.

SILVA, Givânia Maria. **O quilombo de Conceição das Crioulas:** uma terra de mulheres, luta e resistência quilombola. Orientador: Joaze Bernardino-Costa. Brasília, 2022. 381f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SILVA, Givânia Maria. Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. In: DEALDINA, S. S. (org.). **Mulheres quilombolas:** territórios de existências negras femininas. São Paulo, SP: Jandaíra, 2020. p. 51-58.